



PSD p.8

O Primeiro-Ministro escreve a Seguro para preservar o “consenso nacional”



GOVERNO p.4

A visita do Primeiro-Ministro da Finlândia tem como objectivo as reformas estruturais portuguesas

Povo Livre



nº 1778

17 de Abril de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



“A banca deve reanimar o crédito à economia”

www.psd.pt



O Conselho Nacional do PSD analisa o processo eleitoral autárquico e a situação política

Governo p.2

Miguel Poiars Maduro e Marques Guedes tomam posse

Parlamento p.12

“Só conseguimos sair da crise, se recuperarmos a nossa capacidade de financiamento” – José Mendes Bota

Remodelação ministerial

Miguel Poiares Maduro e Marques Guedes tomam posse

O Presidente da República aceitou a proposta, apresentada pelo Primeiro-Ministro, de exoneração, a seu pedido, do Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Dr. Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas, e do Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional, Dr. António Joaquim Almeida Henriques.

Na mesma ocasião, o Presidente da República aceitou a proposta, apresentada pelo Primeiro-Ministro, de nomeação do Dr. Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes, para o cargo de Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, e do Prof. Doutor Luís Miguel Poiares Pessoa Maduro, para o cargo de Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional.

A posse dos novos membros do Governo será conferida sábado, dia 13 de Abril, pelas 12:00 horas, no Palácio de Belém.

A tomada de posse

Foi no passado dia 13 que o Presidente da República empossou, no Palácio de Belém, os dois novos ministros, Luís Marques Guedes e Miguel Poiares Maduro, e quatro secretários de Estado, Teresa Morais, Emídio Guerreiro, Pedro Lomba e Pedro Cardoso da Costa. O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, chegou ao Palácio de Belém às 11:50, dez minutos antes da hora prevista para o início da cerimónia de posse, tendo também estado presente a presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves.

A cerimónia de posse contou com a presença de Miguel Relvas, que, na quinta-feira, foi substituído por Pedro Passos Coelho no lugar de ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, tendo o líder do executivo repartido a sua pasta por dois novos ministros, Marques Guedes e Miguel Poiares Maduro.

Luís Marques Guedes, até agora secretário de Estado da Presidência, ascende a ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, e terá Teresa Morais como secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, cargo que já ocupava sob a tutela de Miguel Relvas. Emídio Guerreiro recebeu o pelouro do Desporto e Juventude, de que passa a ser Secretário de Estado.

Os novos ministros Miguel Poiares Maduro



O professor universitário Miguel Poiares Maduro será Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional - recebendo do Ministério da Economia a pasta do Desenvolvimento Regional - e terá Pedro Lomba como seu secretário de Estado adjunto e Pedro Cardoso da Costa como secretário de Estado para a Modernização



Administrativa.

Poiares Maduro terá a seu cargo a sempre tutela da comunicação social, a do desenvolvimento regional e a das autarquias locais, enquanto Luís Marques Guedes terá a tutela da Presidência do Conselho de Ministros, dos assuntos parlamentares e da juventude e do desporto.

O professor universitário Miguel Poiares Maduro, ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional trabalhará directamente com o Primeiro-Ministro, recebendo do Ministério da Economia a pasta do Desenvolvimento Regional - e terá Pedro Lomba como seu secretário de Estado adjunto e Pedro Cardoso da Costa como secretário de Estado para a Modernização Administrativa.

A grande surpresa da remodelação é Miguel Poiares Maduro, novo Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional.

Professor de Direito no Instituto Universitário Europeu (IUE), em Florença, terá a seu cargo a tutela da Comunicação Social, do Desenvolvimento Regional e das Autarquias Locais. Prestigiado e respeitado em Itália e nas instituições europeias, Poiares Maduro, 46 anos, é também director do Global Governance Programme do mesmo Instituto e é igualmente Professor Convidado da Yale Law School, nos Estados Unidos.

Foi convidado do programa «Combate de Blogs», da TVI24, a 24 de Setembro de 2011, onde falou da crise do euro.

No currículo conta com vários reconhecimentos públicos pelo seu trabalho, como o prestigiado Prémio Gulbenkian de Ciência, que arrecadou em 2010. Já anteriormente tinha sido nomeado comendador da ordem de Sant'iago da Espada, pelo Presidente da República Portuguesa por mérito literário, científico e artístico (2006) e foi o primeiro recipiente do «Rowe and Maw Prize» no IUE.

Foi advogado Geral no Tribunal Europeu de Justiça no

Luxemburgo de 2003 a 2009. «Fulbright Visiting Research Scholar» na Harvard Law School é Doutor em Direito pelo Instituto Universitário Europeu, tendo ganho o «Prize Obiettivo Europa» pela melhor tese de doutoramento no Instituto naquele ano.

É docente convidado em numerosas instituições, dando cursos no College of Europe, Universidade Católica de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, London School of Economics, Chicago Law School, Centro de Estudos Políticos y Constitucionales e Instituto Ortega y Gasset e ainda no Instituto de Estudos Europeus de Macau.

Foi juriconsulto em diversos processos de relevância internacional e integrou o Grupo de Alto Nível da Comissão Europeia sobre o pluralismo dos Media e a Liberdade de Informação.

Cavaco Silva conhece-o bem, pois pertenceu à sua Comissão Política de candidatura às eleições presidenciais de 2011. Há uma semana escreveu um longo texto no Facebook, de reacção ao chumbo do Tribunal Constitucional, defendendo um Governo de iniciativa Presidencial.

«Primeira reacção à decisão do TC, sem conhecer os detalhes da sua fundamentação e como tal sem entrar nos detalhes jurídicos da questão: ao declarar inconstitucional a eliminação do subsídio de férias por violação do princípio da igualdade e da justa distribuição dos encargos o TC vem, no fundo, afirmar que os encargos do ajustamento apenas podem ser constitucionalmente distribuídos, respeitando o princípio da igualdade, por via dos impostos. Atendendo a que os encargos com as pensões e salários são mais de 70% do OE a consequência lógica é que o ajustamento tem de ser feito pelo lado da receita e não pelo lado da despesa», começou por referir.

Poiares Maduro apresenta, então cinco alternativas, entre eles «Um governo técnico de iniciativa presidencial com credibilidade quer interna quer externa. Penso que a renegociação internacional feita por um tal governo

não será necessariamente mais favorável mas teria a vantagem de confrontar o País com as escolhas difíceis que terá de fazer (pelo menos até a UE mudar a sua abordagem geral da crise o que não é muito provável antes de Setembro na melhor das hipóteses)».

Caso não se possível renegociar o memorando ou até alterar a Constituição, vai mais longe: «Incumprimento do memorando o que levaria em pouco tempo à saída do Euro com todas as consequências, que tenho a certeza seria ainda mais desastrosas que a austeridade a que já estamos sujeitos».

Luís Marques Guedes



Luís Marques Guedes, até agora secretário de Estado da Presidência, ascende a ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, e terá Teresa Morais como secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, cargo que já ocupava sob a tutela de Miguel Relvas, e Emídio Guerreiro como secretário de Estado do Desporto e Juventude.

O social-democrata Luís Marques Guedes, licenciado em direito e jurista, de 55 anos, foi deputado entre 1995 e 2011 e líder parlamentar do PSD entre 2005 e 2007, regressa agora ao Parlamento como ministro.

Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, tutelado pelo primeiro-ministro, Marques Guedes foi escolhido por Pedro Passos Coelho para ocupar as funções de ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares.

Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes, nascido a 25 de agosto de 1957, em Lisboa, foi secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro Cavaco Silva, nos anos 90, e nas legislativas de 1 Outubro de 1995, em que o PSD passou à oposição, foi eleito deputado pelo círculo do Porto.

Entre a VII e a XI legislaturas, até às eleições legislativas de 5 de Junho de 2011, Luís Marques Guedes foi sempre eleito deputado pelo Porto, excepto na VIII Legislatura, em que se candidatou pelo círculo de Santarém.

Na Assembleia da República, foi vice-presidente e presidente da bancada social-democrata e presidiu à Comissão de Ética.

Marques Guedes foi também vice-presidente da Câmara Municipal de Cascais, deputado à Assembleia Municipal de Cascais e presidente do Instituto da Juventude.

Em 2005, com o PS de regresso ao poder com um Governo de maioria absoluta chefiado por José Sócrates e Luís Marques Mendes na presidência do PSD, Marques Guedes assumiu a liderança da bancada social-democrata.



Esteve nesse cargo durante dois anos, deixando o lugar depois de Luís Filipe Menezes derrotar Marques Mendes nas eleições directas para a liderança do PSD de 2007.

“Por razões de ética política, após ter estado dois anos em articulação com a anterior direcção, entendo que, com esta alteração, que não é de continuidade, não tenho disponibilidade para me recandidatar”, justificou, na altura.

Em 2008, foi o director da campanha de Manuela Ferreira Leite nas eleições internas para a liderança do PSD. A seguir a essas eleições, que Ferreira Leite venceu, derrotando Pedro Passos Coelho e Pedro Santana Lopes, foi escolhido para Secretário-Geral do partido, cargo que ocupou até 2010, ano em que Pedro Passos Coelho venceu Paulo Rangel e José Pedro Aguiar-Branco em directas.

Nas legislativas de 2011, Marques Guedes não entrou nas listas do PSD à Assembleia da República, mas foi depois chamado por Passos Coelho para exercer funções governativas, como secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, tutelado pelo Primeiro-Ministro.

Em 2006, durante um debate com o então líder parlamentar do PS, Alberto Martins, Marques Guedes defendeu uma revisão substancial da Constituição, qualificando o actual texto constitucional de “museu vivo”.

Em 2007, apoiou o “não” no referendo sobre a despenalização do aborto.

Como fica agora o Governo

Com a posse destes novos membros do Governo, deixam o executivo o até agora Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, que se demitiu na semana passada e três dos seus secretários de Estado: Feliciano Barreiras Duarte, Ana Rita Gomes Barrosa e Alexandre Mestre.

Em Belém, estiveram o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, os ministros da Defesa (José Pedro Aguiar-Branco), da Economia (Álvaro Santos Pereira), Agricultura e Ambiente (Assunção Cristas), Saúde (Paulo Macedo), Justiça (Paula Teixeira da Cruz), Educação (Nuno Crato), Segurança Social (Pedro Mota Soares) e o vice-presidente da Assembleia da República Guilherme Silva.

Da cerimónia de posse, que durou pouco mais de dez minutos, estiveram ausentes, por motivos ponderosos e que são do conhecimento de Passos Coelho, os dois ministros de Estado do XIX Governo: Vítor Gaspar (Finanças) e Paulo Portas (Negócios Estrangeiros) e ainda o Ministro da Administração Interna.

Estiveram também na sessão de cumprimentos aos novos membros do Governo, o ex-dirigente do PSD e presidente da Câmara de São João da Madeira, Castro Almeida, e a professora universitária de direito Sofia Galvão.

Jyrki Katainen

A visita do Primeiro-Ministro da Finlândia tem como objectivo as reformas estruturais portuguesas



O primeiro-ministro da Finlândia, Jyrki Katainen, iniciou na quinta-feira da semana passada, uma visita de dois dias a Lisboa na qual reunirá em sessões de trabalho com o seu homólogo português, para tratar de questões económicas e reformas estruturais, indicou a embaixada finlandesa.

O primeiro encontro formal de Pedro Passos Coelho com Jyrki Katainen teve lugar na sexta-feira e no final houve uma conferência de imprensa conjunta, de acordo com o programa já então divulgado pelo gabinete do Primeiro-Ministro português.

A visita começou na quinta-feira, com a participação do Primeiro-ministro finlandês num seminário para convidados na Universidade Nova de Lisboa. Katainen falou sobre o Estado Providência finlandês durante a crise, abordando as dificuldades que tiveram de vencer e a forma como o fizeram,

O primeiro-ministro finlandês foi recebido depois, em Belém, pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

Na sexta-feira, Katainen participou também num encontro entre empresários portugueses e finlandeses promovido pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), antes da reunião com Pedro Passos Coelho.

Jyrki Katainen, tem 41 anos, é membro do Partido Conservador, que lidera desde Junho de 2011 um governo de coligação de seis partidos.

A Finlândia tem mostrado algumas reservas quanto à participação nos programas de resgate aos países da zona euro em dificuldades.

O primeiro-ministro anunciou hoje que o Governo vai decidir para a semana cortes de 600 milhões de euros nos orçamentos ministeriais, aos quais se somarão cortes na segurança social, saúde, educação e empresas públicas de montante equivalente.

Uma conferência de Imprensa de que saíram “novidades”!

Pedro Passos Coelho, na conferência de Imprensa que se seguiu ao encontro com Kaitainen afirmou que o despacho do ministro das Finanças que proíbe a contração de novas despesas em todo o sector público deixará de vigorar na próxima semana, quando o Conselho de Ministros fixar os referidos “esforços suplementares a realizar pelos programas orçamentais” de cada ministério.

“Nós iremos substituir as medidas que foram inviabilizadas pelo Tribunal Constitucional de duas maneiras. Em primeiro lugar, com um esforço adicional dos programas orçamentais de cerca de 600 milhões. Outros 600 milhões advirão de medidas que serão antecipadas de 2014 para 2013”, afirmou Passos Coelho, no final de um encontro com o seu homólogo finlandês, na residência oficial de São Bento, em Lisboa.

O primeiro-ministro apontou, portanto, para uma redução da despesa pública no valor total de cerca de 1200 milhões de euros, a realizar este ano, em substituição das quatro normas do Orçamento do Estado para 2013 declaradas inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional.

“O Conselho de Ministros da próxima semana fixará essa repartição e os seus objectivos, pelas diversas áreas sectoriais. E, portanto, o despacho do senhor ministro das Finanças vigorará até esse Conselho de Ministros, na próxima semana, em que as novas decisões, apontando tectos de despesa para os diversos ministérios, serão tomadas em Conselho”, acrescentou.

O primeiro-ministro afirmou também que o Governo já apresentou aos seus parceiros internacionais – como hipóteses de trabalho - “algumas possibilidades” de

medidas de redução da despesa que substituam as normas do Orçamento do Estado para 2013 declaradas inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional.

“Estamos a trabalhar desde o primeiro dia para conseguir encontrar um conjunto de novas medidas que tenham, do ponto de vista financeiro, um valor equivalente. Apresentámos já algumas possibilidades aos nossos parceiros, que teremos de aprofundar com eles na próxima semana, quando a ‘troika’ estiver de regresso a Portugal”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Passos Coelho anunciou na mesma ocasião metade dessa redução de despesa será conseguida com novos tectos nos orçamentos ministeriais, a fixar na próxima semana, e outra metade com cortes nas áreas da segurança social, saúde, educação e empresas públicas. “Em concreto, essas medidas terão de ser vistas agora em pormenor com a ‘troika’, e depois, evidentemente, com os parceiros sociais”, disse.

Antes, Passos Coelho referiu que, “na sequência da decisão do Tribunal Constitucional”, divulgada na sexta-feira passada, “o Primeiro-Ministro e os ministros de Estado estiveram concentrados em encontrar respostas que fossem a tempo de uma decisão favorável do Ecofin e de Eurogrupo” sobre os prazos de pagamento dos empréstimos a Portugal.

“A minha preocupação esteve concentrada na frente externa”, afirmou, anunciando que está a trabalhar com o ministro da Economia na agenda de um Conselho de Ministros inteiramente dedicado à competitividade, ao crescimento económico e ao emprego, a realizar este mês.

“Aproveito para dizer, no que respeita à economia, que trabalharei ainda hoje com o senhor ministro da Economia, antes de ele acompanhar o senhor Presidente da República na visita que ele vai fazer à Colômbia e ao Peru, para fechar a agenda de um Conselho de Ministros

inteiramente dedicado às questões economia, da competitividade, do crescimento e do emprego”, afirmou.

“Esse Conselho de Ministros terá lugar ainda este mês e essa agenda estará finalizada entre mim e o senhor ministro da Economia ainda hoje”, acrescentou Passos Coelho.

O PM Finlandês

Na mesma conferência de Imprensa, o primeiro-ministro da Finlândia, afirmou que Portugal merece o apoio do Eurogrupo, salientando que acredita no “futuro” do País.

Jyrki Katainen falava durante a conferência de imprensa conjunta com o chefe do Governo português, Pedro Passos Coelho, realizada após uma reunião de trabalho em São Bento.

“Acredito no futuro de Portugal e espero que o Eurogrupo ajude Portugal, porque merece a nossa ajuda nestes tempos difíceis”, disse o primeiro-ministro finlandês, que falava na capital portuguesa, enquanto em Dublin os ministros das Finanças da zona Euro apoiavam o alargamento em sete anos do prazo para Portugal e a Irlanda pagarem os empréstimos concedidos ao abrigo dos programas de ajustamento.

O anúncio foi feito pelo presidente do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, em conferência de imprensa no final da reunião informal dos ministros das Finanças da zona Euro, que salientou que uma decisão “definitiva e positiva” depende do que for decidido no encontro alargado aos titulares da pasta das Finanças dos 27 Estados-membros.

Ainda na conferência de imprensa com o homólogo português, Jyrki Katainen indicou estar “impressionado” com as decisões assumidas pelo Governo de Lisboa e pela forma como está a lidar com a crise.

“Este momento é provavelmente o mais difícil para o vosso País. Porque já fizeram muito, já tomaram o medicamento, que soube muito mal, e ainda não viram resultados imediatos ou recuperação”, afirmou Jyrki Katainen.

Mas, sublinhou o Primeiro-Ministro finlandês, “quando comparado com o passado, o país actual está mais competitivo e isso quer dizer que vão existir mais investimentos estrangeiros e mais postos de trabalho no futuro. Tudo leva o seu tempo”, frisou.

O governante recordou que a Finlândia viveu, na década de 1990, uma situação similar à sentida em Portugal.

“Era um estudante universitário naquela altura e recordo-me muito bem desses tempos difíceis. Sei perfeitamente o que o povo português e os decisores portugueses estão a passar neste momento”, disse.

Num pequeno balanço da visita de dois dias a Lisboa, Jyrki Katainen destacou os encontros mantidos com o Presidente da República, Cavaco Silva, com estudantes e empresários portugueses.

“A razão pela qual vim a Portugal era porque queria aprender mais sobre Portugal, sobre as oportunidades e a situação actual do país”, referiu o primeiro-ministro finlandês, admitindo que a viagem foi reveladora.

A Finlândia tem mostrado algumas reservas quanto à participação nos programas de resgate aos países da zona euro em dificuldades, mas e de esperar, após esta visita, uma atitude muito mais compreensível e amigável, da Finlândia para com Portugal. – Fontes: Lusa, RTP1, TVI

A entrevista do Primeiro-Ministro da Finlândia ao “Público” “Não há atalhos para o céu”

O primeiro-ministro finlandês, ainda antes de encerrar a sua visita a Portugal, concedeu uma entrevista ao jornal “Público”, na qual afirmou que “Não seria justo que criássemos uma União, em que alguns países tivessem de assumir as responsabilidades de outros”, mas /.../ “Não há alternativa à austeridade”,

E mais adiante, reiterou que “Portugal está a fazer o seu trabalho de casa, cumprindo o programa de ajustamento imposto pelos credores. “Na Finlândia, tivemos uma crise muito profunda nos anos 90. Estivemos precisamente numa situação muito parecida com aquela que Portugal está a viver. Tivemos de cortar o défice drastica-



mente, o que afectou o crescimento no curto prazo, mas foi a condição prévia para obter de novo a confiança. E a confiança é a condição indispensável para os investimentos e, portanto, para o crescimento e novos empregos. Aprecio sinceramente a determinação com que Portugal está a fazer as coisas que previamente prometeu fazer. E já há alguns sinais positivos disso mesmo. Não na vida de todos os dias, mas na reacção dos mercados. Os juros da dívida a longo prazo já desceram para um pouco mais de 6%. Isso significa que o mundo exterior acredita no que está a ser feito em Portugal. São boas notícias. Também quando olhamos os para os números das exportações verificamos que estão a crescer”.

O “premier” Finlandês afirma que o comportamento das exportações está a provar que Portugal já recuperou competitividade. E isso são boas notícias. A balança externa está a avançar na mesma direcção. Mas também sabemos que leva tempo a conquistar novos investimentos que criam novos empregos. Não há um atalho em direcção ao céu. Nós já fizemos aquilo que Portugal está a fazer agora, é preciso algum tempo para que o crescimento regresse e isso só se consegue com o regresso da confiança.

/.../ Mas há ainda uma coisa que eu gostava de acrescentar: este momento que vocês estão a viver é o mais difícil. E eu explico: grande parte das reformas já foram feitas, deixaram um sabor amargo, e ainda não se traduzem na criação de empregos. E se essas medidas não tivessem sido tomadas, Portugal seria mais ou menos competitivo? O mundo exterior confiaria mais ou menos em Portugal? Tudo parece muito negro quando as pessoas não têm trabalho /.../ Tenho a certeza absoluta de que, com as reformas que estão a ser feitas, o resultado será um futuro melhor. Claro que a austeridade provoca sempre recessão no curto prazo, mas no longo prazo as coisas vão ser melhores. «Percebo muito bem que as reformas levam tempo a dar frutos e que as pessoas não vêem isso imediatamente. Mas qual é a alternativa? Não percebo muito bem os que dizem que querem parar com a austeridade. Quem emprestaria dinheiro a um País que não se dispusesse a aplicar um programa de austeridade? Só se consegue melhorar a economia com medidas que possam melhorar a competitividade. Como penso que Portugal está a fazer isso, também penso que vai regressar ao crescimento...» - extraído do “Publico”

“A banca deve reanimar o crédito à Economia”



Decorreu na tarde de Sábado passado, num hotel de Lisboa, uma reunião do Conselho Nacional, na qual o Presidente do Partido – e Primeiro-Ministro de Portugal – afirmou, na ocasião da exposição sobre a situação político-económica actual - que o Estado vai actuar para que a banca reanime o crédito à economia, depois de assinalar o apoio à recapitalização de alguns bancos e os meios dados à Caixa Geral de Depósitos.

“O Estado - que, de resto, suportou a recapitalização de alguns bancos privados e que dotou a Caixa Geral de Depósitos dos meios necessários, de rácios de capital necessários para exercer esse papel - não deixará de activamente, junto dessas instituições, garantir que tudo o que elas possam fazer, para reanimar o crédito à economia, seja feito”, declarou Pedro Passos Coelho aos jornalistas, no final da reunião.

Pedro Passos Coelho disse ter sido essa a posição que assumiu nesta reunião do órgão máximo do PSD entre congressos sobre o papel da banca.

Antes, o Primeiro-Ministro e presidente do PSD - e nessa qualidade ele ali se encontrava... - considerou que “há hoje uma parte da recessão que está a ser causada de forma desnecessária, pela falta de crédito à economia, não obstante haver bancos capitalizados que possam assegurar esse crédito à economia”.

“Sabemos as condições muito restritivas em que os bancos também funcionam, sabemos que o seu próprio financiamento é conseguido com juros que são elevados e que depois são transferidos para o mercado nos empréstimos que são realizados”, referiu Passos Coelho.

“Mas eu acredito que há hoje alguma margem para que os bancos possam ter, sem ferir a análise de risco que cada instituição deve fazer, uma posição mais activa na retoma do investimento”, acrescentou o chefe do Governo, na defesa desta posição.

Campanha para Autárquicas: O Conselho recomendou corte orçamental de 40 % face ao valor permitido por Lei

O Secretário-Geral, Matos Rosa, numa intervenção incisiva, recomendou - e foi aprovado - que o Conselho Nacional do PSD recomende aos candidatos do partido às eleições autárquicas deste ano, que cortem os respectivos orçamentos de campanha, em pelo menos 40% face ao valor permitido por Lei.

Esta recomendação foi aprovada por proposta da Comissão Política Nacional do PSD, e segundo o texto aprovado, o Conselho Nacional do PSD recomenda “que as candidaturas às próximas eleições autárquicas adoptem uma redução não inferior a 40% nos respectivos orçamentos de campanha, evidenciando um esforço acrescido de contenção de despesas que se impõe na conjuntura actual”.

O órgão máximo do PSD entre congressos invoca “a muito exigente conjuntura financeira e socioeconómica que afecta Portugal e os portugueses” e faz esta recomendação “tendo em conta a nova legislação relativa ao financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais”.

Há um ano o PSD propôs clarificação da lei de limitação de mandatos mas os socialistas recusaram !

Numa intervenção muito aplaudida, o coordenador da Comissão Política Nacional do PSD, vice-presidente Moreira da Silva, recordou o que muitos parecem esquecer-se, neste caso das sucessivas intervenções legais sobre as candidaturas à presidência de autarquias: é que os sociais-democratas propuseram no verão passado uma clarificação da lei de limitação de mandatos da lei de limitação de mandatos ao PS, mas os socialistas recusaram, inviabilizando essa alteração legislativa. “E daí, as “confusões” que agora aparecem!”

“O PS, à época, em Julho, comunicou-nos que não estava disponível para essa clarificação. Sendo essa clarificação só possível se existissem dois terços de deputados que aprovassem essa proposta, automaticamente ficou a mesma impedida!”, disse Jorge Moreira da Silva aos jornalistas, à margem da reunião do Conselho Nacional.

Segundo fontes sociais-democratas, o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, transmitiu esta mesma informação na reunião do Conselho Nacional do PSD, depois de o eurodeputado Paulo Rangel ter considerado que o partido deveria ter promovido uma clarificação da lei de limitação de mandatos na Assembleia da República.

Em reacção a esta intervenção de Paulo Rangel, o social-democrata Fernando Seara manifestou a convicção de que será o candidato do PSD à presidência da Câmara Municipal de Lisboa e sairá vitorioso, e disse que espera ver o eurodeputado ao seu lado no dia da vitória.

Nas declarações que fez aos jornalistas sobre esta matéria, Jorge Moreira da Silva reiterou que “o PSD tem há muito tempo o entendimento de que limitação de mandatos se aplica apenas ao território”, permitindo que quem cumpriu o limite de mandatos numa autarquia seja candidato noutra autarquia.

O objectivo da lei de limitação de mandatos é “impedir eventuais riscos de perpetuação, de dependência que existem no mesmo território”, argumentou o coordenador e primeiro vice-presidente da Comissão Política Nacional do PSD.

Moreira da Silva fez questão de referir que os socialistas têm “sempre dito, através dos dirigentes que estiveram envolvidos nessa negociação, que também tinham a mesma interpretação do PSD”.

“Ainda assim, estivemos disponíveis, no verão passado, em Julho, para uma clarificação sobre essa matéria, atendendo ao facto de algumas pessoas terem vindo a público colocar isso em causa, e suscitámos a questão junto do PS”, acrescentou, com os resultados negativos que descrevi!”.



Concluído o processo de candidaturas às eleições autárquicas deste ano

Na mesma ocasião, Moreira da Silva afirmou à imprensa que o PSD deu como concluído o processo de candidaturas às eleições autárquicas deste ano, que considerou serem de “exigência grande” para os sociais-democratas, assinalando a saída de 80 presidentes de câmara.

“Estas eleições para o PSD têm uma exigência grande, e não deixa de ser importante que tenhamos sido capazes de encerrar este processo mais cedo do que o habitual e mais cedo do que os outros partidos”, declarou Jorge Moreira da Silva aos jornalistas.

O coordenador e primeiro vice-presidente da Comissão Política Nacional do PSD reiterou que os sociais-democratas ambicionam “ter mais câmaras e mais mandatos autárquicos” nestas eleições: “Foi esse o objectivo das últimas eleições, volta a ser o mesmo. Neste momento, temos 139 presidentes de câmara que são do PSD”.

Segundo Jorge Moreira da Silva, “este é o momento para assinalar a conclusão do processo autárquico da parte do PSD”, depois de terem sido apresentados ao Conselho Nacional “todos os candidatos que já foram homologados pela Comissão Política Nacional”.



“Há apenas quatro candidatos que estão em falta, mas cujos nomes já estão identificados e nos próximos dias serão aprovados pela Comissão Política Nacional”, acrescentou.

O dirigente social-democrata referiu que “há 80 presidentes de câmara do PSD, isto é, 60% de todos os presidentes de câmara do PSD, que não podem concorrer nas próximas eleições autárquicas, no mesmo Concelho”, o que impôs “uma renovação” de candidatos.

“Isso traduz uma exigência, mas, face a essa exigência, colocámos um empenhamento ainda maior para aprovar as nossas candidaturas”, considerou.

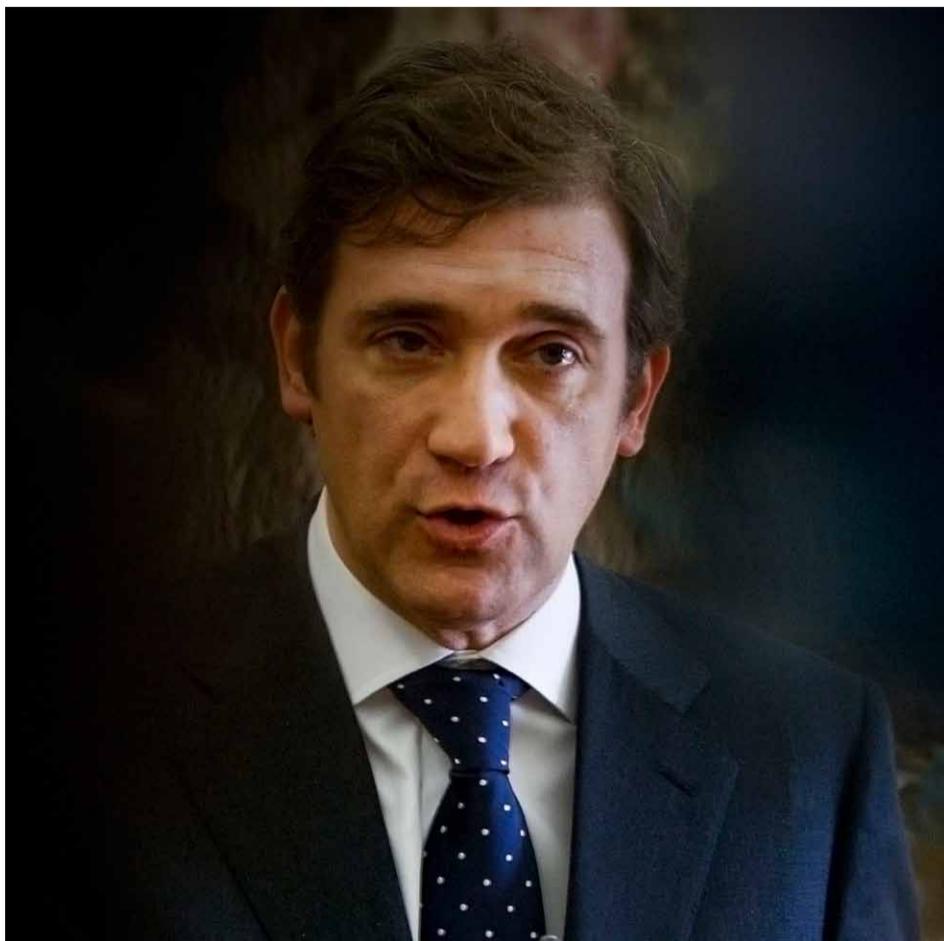
Quanto a autarcas do PSD que já cumpriram três mandatos numa autarquia e são candidatos a outra, entres os quais Luís Filipe Menezes, que concorre ao Porto, e Fernando Seara, que se candidata a Lisboa, Moreira da Silva voltou a manifestar-se convicto de que as suas candidaturas serão viabilizadas judicialmente.

“A nossa convicção é de que a lei [de limitação de mandatos] é clara, de que, mais tarde ou mais cedo, esta matéria chegará ao Tribunal Constitucional e, nesse âmbito, haverá uma clarificação. Não estamos neste momento a pensar em nenhuma alternativa”, afirmou.

O coordenador da direcção nacional social-democrata descreveu este processo autárquico interno como “de largo consenso” e afirmou que o PSD parte para estas eleições “com uma grande motivação e optimismo”. – Fonte: Lusa, áudio-visuais do PSD



O Primeiro-Ministro escreve a Seguro para preservar o “consenso nacional”



O Primeiro-Ministro enviou uma carta ao líder do PS a convidá-lo para uma reunião quarta-feira, dia 17, para discutir “novas soluções de política” que permitam cumprir os objectivos orçamentais depois da decisão do Tribunal Constitucional. Outro dos objectivos deste encontro é a “preservação do consenso nacional”, historicamente alargado ao PS.

“Em particular, torna-se urgente garantir o cumprimento da execução orçamental de 2013 e do quadro orçamental de médio prazo e concertar as medidas que garantam esse objectivo, dado até que algumas delas se encontram para além do prazo da legislatura que cobre a acção do Governo. Este convite estende-se, igualmente, à participação na formulação da posição nacional no quadro da definição do futuro modelo de governação económica da União Europeia e à contribuição para uma agenda de dinamização económica do país fundamental à criação sustentada de emprego”, escreve Pedro Passos Coelho.

O chefe do Governo português defende que a execução orçamental de 2013 e a estratégia orçamental de médio prazo reclamam “um diálogo e um entendimento alargados sobre as medidas que devem ser adoptadas” na sequência da decisão do Tribunal Constitucional a quatro normas do Orçamento do Estado para este ano.

Segundo o Primeiro-Ministro, as medidas a adoptar devem ter em conta as metas para o défice acordadas em Março: 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, 4% em 2014 e 2,5% em 2015.

“Portugal precisa de demonstrar em concreto as políticas orçamentais necessárias ao cumprimento destas metas mais flexíveis para o défice, sem o qual não conseguirá fechar favoravelmente o sétimo exame regular, pondo consequentemente em causa a oitava ‘tranche’ de financiamento da ‘troika’ e a materialização da extensão das maturidades dos empréstimos europeus”, alega.

Passos Coelho afirma que “o calendário para fechar o sétimo exame regular e, assim, assegurar a flexibilização dos limites do défice e a melhoria das condições de financiamento a Portugal está muito condicionado pelas reuniões do Euro-

grupo e do Ecofin” de 13 e 14 de Maio, concluindo: “Teremos até ao final deste mês para fechar as soluções em Conselho de Ministros, após consulta aos parceiros sociais, e posterior envio para o parlamento”.

No início desta carta, Passos Coelho salienta que o PS subscreveu o Programa de Assistência Económica e Financeira e votou a favor do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação e da consequente alteração da Lei de Enquadramento Orçamental e aponta como fundamental “a manutenção de um largo consenso nacional” quanto ao cumprimento das obrigações internacionais de Portugal, nomeadamente no quadro da União Europeia.

Conselho de Ministros dedicado ao crescimento económico

O Primeiro-Ministro anunciou que está a trabalhar com o ministro da Economia na agenda de um Conselho de Ministros inteiramente dedicado à competitividade, ao crescimento económico e ao emprego a realizar este mês.

Pedro Passos Coelho fez este anúncio em conferência de imprensa, na residência oficial de São Bento, em Lisboa, depois de desvalorizar a passagem dos fundos europeus de desenvolvimento regional da tutela do ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira, para o novo ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiães Maduro.

“Aproveito para dizer, no que respeita à economia, que trabalharei ainda hoje com o senhor ministro da Economia, antes de ele acompanhar o senhor Presidente da República na visita que ele vai fazer à Colômbia e ao Peru, para fechar a agenda de um Conselho de Ministros inteiramente dedicado às questões economia, da competitividade, do crescimento e do emprego”, afirmou.

“Esse Conselho de Ministros terá lugar ainda este mês e essa agenda estará finalizada entre mim e o senhor ministro da Economia ainda hoje”, acrescentou Passos Coelho.

Na tarde de terça-feira, foi anunciado que este Conselho de Ministros foi agendado para quarta-feira, pelo que daremos notícia desenvolvida do mesmo, no próximo número do “Povo Livre” - PL



Conselho de Ministros de 11 de Abril



1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional.

A insuficiência de alguns tarifários municipais para fazerem face aos custos devidos aos sistemas multimunicipais e intermunicipais, associada a elevados riscos de cobrança, assumem especial relevo no quadro da reestruturação do sector das águas e dos resíduos, cujo sucesso é, em muito, credor da resolução destas questões.

As entidades gestoras de sistemas municipais devem emitir faturas detalhadas aos utilizadores finais, que incluam a decomposição das componentes de custo suficientemente clara e rigorosa, de maneira a permitir a afetação das receitas constantes da fatura pelas diferentes entidades a quem as mesmas receitas sejam devidas, designadamente pela discriminação das componentes da tarifa correspondentes aos serviços prestados pelos sistemas multimunicipais ou intermunicipais aos sistemas municipais, conforme fixado pela entidade reguladora.

Nesse sentido, a proposta de lei agora aprovada prevê a intervenção do regulador nas situações em que os tarifários municipais não se tenham adaptado aos normativos em vigor. São também estabelecidas regras que permitem canalizar para a liquidação da dívida as verbas correspondentes à componente da fatura paga pelos utilizadores finais relativa aos custos com o serviço prestado pelas entidades gestoras dos sistemas multimunicipais e intermunicipais.

2. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.

O diploma agora aprovado prevê um mecanismo de participação reforçada dos municípios no processo de criação de sistemas multimunicipais, que serão objecto de uma forte racionalização passando dos 18 atualmente existentes para 4, dada a relação por eles estabelecida com os municípios, quer enquanto seus utilizadores quer enquanto acionistas das respetivas entidades gestoras, de forma a salvaguardar, o mais possível, a posição jurídica anterior dos municípios.

Fica ainda garantido que a criação de novos sistemas

em substituição de sistemas anteriores não altera materialmente a posição jurídica dos municípios utilizadores.

3. O Conselho de Ministros aprovou as linhas de orientação para a execução da reforma estrutural da defesa nacional e das Forças Armadas, designada Defesa 2020.

Esta reforma estrutural implementa um modelo que visa obter ganhos de eficiência, economias de escala e vetores de inovação com efeitos no curto, médio e longo prazo, garantindo uma evolução sustentável para a defesa nacional e para as Forças Armadas

No sentido de aproximar os rácios de despesa das melhores práticas internacionais, numa perspetiva de melhoria contínua dos seus sistemas de armas e do seu produto operacional, a Defesa 2020 pretende equilibrar os rácios de despesa entre as componentes de pessoal/investimento/operação.

Tendo em vista permitir o planeamento integrado de longo prazo na defesa nacional, ferramenta imprescindível para garantir a optimização de recursos e a adequabilidade dos sistemas de armas aos cenários estratégicos previstos, define-se em 1,1% (admitindo-se uma variação de mais ou menos 0,1%) do PIB como o compromisso orçamental estável para a defesa nacional.

Considerando a análise estratégica dos quadros de empenhamento mais prováveis a Defesa 2020 adequará tendencialmente o efetivo máximo das Forças Armadas entre 30.000 e 32.000 militares, incluindo os militares na situação de reserva na efetividade de serviço, prevendo-se uma redução efetiva de 30% ao nível dos comandos, unidades, estabelecimentos e demais órgãos do dispositivo territorial.

Os quadros de pessoal civil do conjunto de Defesa Nacional devem ser redimensionados para cerca de 70% do efetivo atual e as atuais Direções Gerais de Pessoal e Recrutamento Militar, e de Infraestruturas de Defesa serem concentradas num único serviço.

4. O Conselho de Ministros aprovou a criação de um mecanismo regulatório tendente a assegurar o equilíbrio da concorrência no mercado grossista de eletricidade em Portugal e a adequada repartição de custos de interesse económico geral.

Este mecanismo procura garantir o equilíbrio no funcionamento do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), que não está imune a consequências de alterações relevantes em termos económicos e legislativos que possam

surgir em ao nível da União Europeia, com repercussão na formação dos preços da eletricidade.

Em concreto, o mecanismo regulatório instituído permite corrigir o desequilíbrio entre produtores de energia elétrica originado por essas distorções, e, de igual modo, evitar que o funcionamento anómalo do mercado se repercuta, de forma negativa, nos consumidores portugueses.

5. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que procede à desafetação do domínio público aeroportuário do Estado de parcelas de terreno e edifícios implantados no Aeroporto de Santa Maria e transfere os referidos bens para o domínio privado da Região Autónoma dos Açores.

As parcelas de terreno e os edifícios em causa não estão efetivamente afetos, direta ou indiretamente, à prossecução do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil, justificando-se, desafetar os mesmos do domínio público aeroportuário do Estado.

6. O Governo aprovou o Acordo sobre o Espaço de Aviação Comum entre a União Europeia e os seus Estados-Membros e a República da Moldova, assinado em Bruxelas em 26 de junho de 2012.

Este acordo tem como objetivo a integração da Moldova no espaço de aviação comum entre a União Europeia e os Estados da vizinhança a Sul e Leste, através da gradual abertura recíproca do acesso ao mercado e da promoção de uma harmonização das regulamentações.

7. O Governo aprovou um diploma que estabelece os requisitos zoo-sanitários aplicáveis aos animais de aquicultura e produtos derivados, transpondo uma diretiva comunitária sobre a matéria, assim como à prevenção e ao combate a certas doenças dos animais aquáticos. É alterada, nomeadamente, a lista de espécies de peixes sensíveis à septicemia hemorrágica viral e suprime a síndrome ulcerativa epizootica da lista de doenças exóticas que podem comprometer o estatuto sanitário dos animais aquáticos.

8. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação do conselho de administração do Hospital Santa Maria Maior, E.P.E., composto por um presidente e três vogais, e do presidente do conselho de administração da SPMS -Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E..

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações.- Fonte: Sec. C. M^{os}.

Almeida Henriques deixa a Secretaria de Estado da Economia

O secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional, António Almeida Henriques, foi exonerado pelo Primeiro-Ministro, conforme seu pedido – para se candidatar à Presidência da Câmara de Viseu - deixando assim as funções que vinha assegurado.

A pasta do desenvolvimento regional, até aqui sob a tutela do Ministério da Economia, passa a ser gerida pelo novo Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Póiares Maduro, professor universitário de Direito, que com o actual secretário de Estado Luís Marques Guedes, novo ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, substituiu Miguel Relvas.

Almeida Henriques já tinha anunciado a sua demissão para se candidatar, pelo PSD, à presidência da Câmara Municipal de Viseu nas eleições autárquicas deste ano, município onde nasceu e onde é, há dois mandatos, presidente da Assembleia Municipal.

No entanto, o ex-secretário de Estado tinha assegurado manter-se em funções garantindo “o normal funcionamento dos dossiês” sob a sua responsabilidade, até oportunidade operacional.

Segundo uma nota publicada na página oficial da Presidência da República, o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, aceitou a proposta de exoneração, apresentada pelo Primeiro-Ministro na ocasião da remodelação corrente. – Fonte: Lusa



Visita da “troika” adia reuniões com responsáveis sindicais

Devido à presença da ‘troika’ em Portugal, o Ministério das Finanças adiou a reunião prevista para quarta-feira passada com os sindicatos da Função Pública para debater o diploma relativo às rescisões por mútuo acordo..

Fonte oficial do gabinete do Ministério das Finanças confirmou à agência Lusa o cancelamento da reunião “devido aos trabalhos que vão ser desenvolvidos nos próximos dias”, no âmbito da chegada dos elementos do Banco Central Europeu (BCE), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Comissão Europeia a Lisboa.

“A reunião será oportunamente reagendada”, acrescentou.

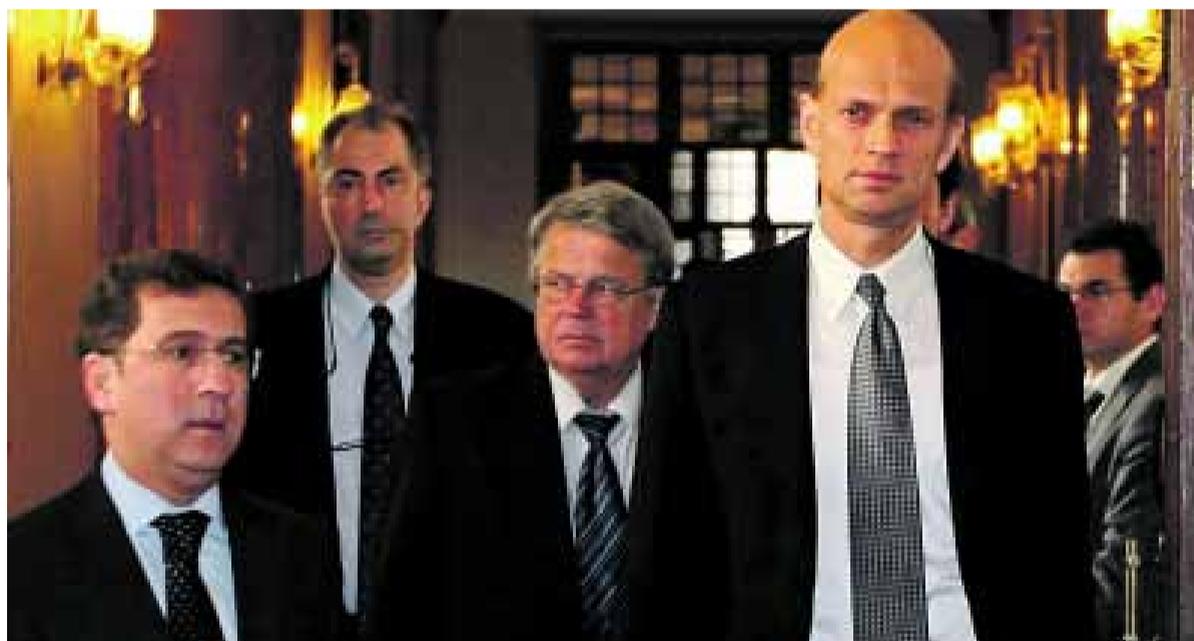
A ‘troika’ regressou a Portugal já a conhecer as linhas gerais do Governo para compensar as normas chumbadas pelo Tribunal Constitucional e depois de ter sido alargado em sete anos o prazo para o país pagar os empréstimos concedidos.

Apesar de só hoje chegarem, os elementos da ‘troika’ já conhecem as intenções do Primeiro-Ministro português, que foram expressas numa carta, na qual Pedro Passos Coelho apresentou como possibilidades a criação de uma tabela salarial única e a convergência da lei laboral e dos sistemas de pensões público e privado.

“As opções podem incluir a aplicação de uma tabela salarial única, a convergência da legislação laboral e dos sistemas de pensões do sector público e privado”, escreveu Passos Coelho, numa carta enviada na quinta-feira ao FMI, à Comissão Europeia e ao BCE, a que a agência Lusa teve acesso.

Trata-se do segundo adiamento da reunião do secretário de Estado com a pasta da Administração Pública, Hélder Rosalino, com os sindicatos, que desconhecem ainda as intenções do Governo relativamente ao programa de rescisões amigáveis anunciado a 15 de Março para 2013.

No início do mês, Hélder Rosalino, justificou o adiamento das reuniões com os sindicatos sobre as rescisões por mútuo acordo devido à “complexidade” da matéria. – Fonte: Lusa



Jorge Moreira da Silva na apresentação de Luís Rodrigues como candidato à Câmara Municipal de Setúbal



‘Por Setúbal, Por si!’ é o mote da candidatura que juntou uma vasta plateia esta segunda-feira, dia 15 de Abril, para ouvirem o anúncio oficial da candidatura de Luís Rodrigues à presidência da autarquia setubalense, quiçá a mais importante da margem Sul do Tejo.

A candidatura foi formalmente aprovada pela Direcção do PSD, bem como a coligação com o CDS e o 1º Vice-Presidente e coordenador da CPN do Partido Social Democrata, Jorge Moreira da Silva, esteve em Setúbal a demonstrá-lo política e formalmente.

Aos audiovisuais do PSD, o 1º Vice-Presidente do Partido realçou toda a sua confiança nesta candidatura, afirmando que «Esta candidatura reveste-se de particular importância atendendo ao facto de Setúbal ser uma cidade muito difícil, mas na qual temos tudo para vencer»

Luís Rodrigues agradeceu a presença de todos e afirmou a sua confiança no concelho de Setúbal e em todos os setubalenses:

Luís Rodrigues quer «Transmitir força e determinação às gentes de Setúbal, o que vai ser a nossa principal aposta, pois só acreditando,

como eu acredito, neste concelho e nesta região, é possível enfrentar as enormes dificuldades que estamos a atravessar e voltar a ganhar esperança num futuro mais risonho para os nossos filhos»

Quando questionado sobre os pilares desta candidatura o candidato fez questão de realçar todas as potencialidades de Setúbal, pois «Esta cidade, que é Capital de distrito teve muita importância e foi muito relevante ao nível regional. E penso que reganhar essa capitalidade e essa centralidade é o principal objectivo desta candidatura»

Entre os presentes, a manifestar o seu apoio a Luís Rodrigues, Pedro Roque, Miguel Frasquilho, Pedro Do Ó Ramos, Nuno Magalhães, assim como muitos outros autarcas, deputados do círculo eleitoral de Setúbal e outros candidatos de outras autarquias do distrito, às próximas eleições. - Audiovisuais do PSD

José Mendes Bota

“Só conseguimos sair da crise, se recuperarmos a nossa capacidade de financiamento”

“Temos de travar várias batalhas para ganhar uma guerra”. Foi citando Margaret Thatcher e prestando-lhe homenagem que José Mendes Bota iniciou uma declaração política, em nome do PSD. Para o deputado, este bem podia ser o lema de Portugal e do nosso tempo: “Tempo de luta, de perseverança, de coerência. Um tempo que exige a energia e a coragem de todos. A consistência e a determinação dos estadistas. A resistência e a bravura de quem pensa mais alto, acima do interesse pessoal. Temos uma guerra para vencer. E uma guerra que é por Portugal, pelos portugueses, pela recuperação da nossa soberania. Para vencer esta guerra estamos a travar várias batalhas, e temos uma estratégia que, acreditamos, levar-nos-á à vitória. E esta estratégia, sendo de execução complexa, é simples na sua formulação: só conseguimos sair da crise e criar empregos, se recuperarmos a nossa capacidade de financiamento, só regressamos aos mercados se reganhamos a nossa credibilidade, e só reganhamos a credibilidade se cumprirmos os nossos compromissos internacionais”.

Mendes Bota declarou que ignorar as conquistas destes últimos 22 meses é um desrespeito e uma injustiça, sobretudo, para os portugueses. O deputado refere-se: ao corte na despesa primária de mais de 13 mil milhões de euros, sem precedentes na história da democracia; ao equilíbrio da balança externa e um saldo positivo que não se verificava há duas décadas; ao corte nas rendas excessivas do sector energético nunca antes feito; à melhor execução de sempre do QREN, em 60 por cento correspondente a 4 mil milhões de euros injectados na economia real; à reestruturação do Sector Empresarial do Estado, onde se destaca o equilíbrio operacional dos transportes públicos, com resultados positivos. “Não se pense que somos insensíveis aos problemas do desemprego e da pobreza, do endividamento excessivo

das famílias que conduz à perda da habitação e outros bens essenciais. Tão-pouco ignoramos a magreza das reformas e dos salários da maioria dos cidadãos, ou as profundas desigualdades na redistribuição da riqueza e do rendimento. Mas, mais uma vez importa reafirmar: a sensibilidade social não é um exclusivo de ninguém. O PSD assume-se, como sempre, um partido interclassista, contrário à luta e ao ódio entre classes, pelo diálogo e pela concertação social. Por estes dias, temos ouvido falar muito em incoerência, irresponsabilidade, inaptidão”.

Contrariando estas “vozes da desgraça”, Mendes Bota recordou as palavras de António José Seguro, proferidas a 9 de Novembro de 2010: “Perante esta crise, os partidos devem afirmar-se pela positiva, convergirem no essencial, de modo a mobilizarem as energias dos portugueses. Este é um momento grave que exige, de todos nós, contributos positivos para fazer face a este enorme desafio e os partidos têm que dar o exemplo” e que chegou a hora para “uma séria convergência nacional num propósito concreto: defender o nosso país! Somar forças. Mobilizar energias!”

Confrontando o socialista com as suas palavras, o parlamentar declarou que este tem agora oportunidade para mostrar que pensa pela sua cabeça, que é o autor da sua própria narrativa, e que não muda de opinião com ventos antepassados nem comentários de domingo. “Esperamos não estar a pedir demais ao PS quando o convidamos a pensar Portugal, e para fazer parte da resposta construtiva para resolver os problemas estruturais, supra-geracionais e urgentes que enfrentamos. O PSD sempre soube colocar os interesses de Portugal e dos portugueses à frente dos seus próprios interesses.

A terminar, Mendes Bota anunciou que o Governo e a maioria não desistirão do “mandato que o povo português conferiu por quatro anos”, e que irão “cum-



prir sem preocupações eleitoralistas nem instrumentos demagógicos”. “Juntamente com o CDS-PP, apoiamos um governo corajoso, que dispõe de apoio maioritário nesta Assembleia, e apoiamos um Primeiro-Ministro que tem sabido estar à altura dos desafios, com força, seriedade e transparência. A credibilidade conquistada é fruto de um trabalho árduo, persistente e determinado. Uma determinação que temos de continuar a demonstrar, em cada batalha, para que, no fim, vençamos esta guerra. Por Portugal. Pelos Portugueses. Pela Soberania Nacional”, afirmou.

Portugal é um país intervencionado por causa da irresponsabilidade do PS



Durante uma intervenção no debate de actualidade sobre o despacho do Ministro de Estado e das Finanças de congelamento do funcionamento da administração pública, Duarte Pacheco afirmou que “assistimos, neste debate, em particular pela bancada do PS, a uma agressividade, a ataques pessoais e a ofensas inimagináveis em democracia”.

Segundo o deputado do PSD, “este tipo de discurso do PS só evidência uma consciência muito pesada pela bancarrota a que conduziram o país e pela ausência de quererem participar na procura de soluções que o país bem necessita. Não sei se foi ao mirarem-se ao espelho que identificaram tal ‘bando de irresponsáveis’”, disse.

No entender do social-democrata, os parlamentares da oposição esquecem-se que Portugal é um país intervencionado, com dificuldades de financiamentos e que, por isso, estamos a viver um momento difícil de emergência. Esquecem-se que estamos perante uma execução orçamental que desde o primeiro dia sabíamos que era difícil e exigente. Esquecem-se que a decisão do Tribunal Constitucional provoca dificuldades acrescidas na execução orçamental. “E perante este resultado só havia três hipóteses. Aumentar mais impostos para tapar o acréscimo de despesa. Querem? Nós não queremos! Mais dívida, mas não queremos porque mais dívida são mais impostos para as gerações futuras. Optamos pela terceira solução: cortar em outras despesas. E aquilo em que este despacho se insere é nessa estratégia”.



Conselho Nacional categórico:

Necessária uma resposta Nacional ao movimento de carácter insurreccional pretendido pelo Partido Comunista



NO DIA 12
uma responsabilidade verdadeiramente histórica recairá sobre todos os trabalhadores portugueses

(mais noticiário página 3)

12
FEVEREIRO
EU
TRABALHO
SOU LIVRE

Nascimento Rodrigues

PCP tenta a todo o custo impedir a revisão constitucional

Página 14

- **O PS não tem coragem de distinguir o seu papel de oposição democrática ao Governo do seu papel de Partido com responsabilidades na defesa do regime democrático.**

Página 11

GRANDE COMÍCIO DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA

- No Pavilhão dos Desportos de Lisboa, pelas 21.30 horas de amanhã
- Participam os três líderes da AD:
Francisco Pinto Balsemão
Freitas do Amaral
Ribeiro Teles
- Pela Democracia contra o golpismo
- Apoio à revisão constitucional

**QUINTA-FEIRA, DIA 11
O PSD NA TV**

(Tempo de antena do Partido Social-Democrata a seguir ao Telejornal)

Delegação do PSD recebida pelo Primeiro-Ministro egípcio

Página 6



Austeridade hoje para não pôr em causa o Portugal de amanhã

- afirmou ao Povo Livre o Secretário de Estado da Exportação Faria de Oliveira

SOCIOPROFISSIONAIS DO PSD E TESIRESD DIZEM NÃO À GREVE

Minho tem condições de exceção para a produção de kiwi

Inserido num ciclo de visitas a agentes que actuam no sector primário do tecido económico local, Ricardo Rio visitou, dia 9, uma exploração privada de kiwi situada em São Pedro de Oliveira, Braga. O líder da coligação “Juntos Por Braga” fez-se acompanhar pelo eng. Rui Rua, administrador da empresa Frutas Douro ao Minho, uma associação que abrange cerca de 81 produtores e que é responsável pela comercialização dos Kiwis produzidos na região do Minho, representando cerca de 30 por cento de toda a produção nacional.

Conforme explicou Rui Rua, o local visitado é um exemplo da reconversão de uma exploração de primeira geração, que se está a modernizar, potenciando a qualidade do produto e a compatibilização com o ambiente, para que se consiga uma produção mais significativa atendendo às novas técnicas que estão a ser utilizadas. “O kiwi é o exemplo de um fruto que se coaduna e compatibiliza muito bem com as características ambientais e edafoclimáticas da nossa zona, sendo que é um produto que se tem revelado extremamente rentável”, afirmou o administrador da Douro ao Minho.

Dadas essas características favoráveis da região, o kiwi português é mesmo considerado um dos “melhores do mundo”. “Podemos afirmar que é um privilégio do Minho, em concreto, reunir condições especiais para a produção do kiwi, que pode e deve ser potenciado”, disse Ricardo Rio, salientando que se trata de um produto com um mercado nacional em expansão e bem posicionado no mercado internacional, onde está referenciado como um produto de “qualidade de excelência”.

Quanto à comercialização do kiwi, Rui Rua alertou para o facto de o processo dever ser articulado com as associações organizadas para o efeito, permitindo essa solução a existência de condições de conservação, calibração e comercialização do fruto que dão garantias de retorno para os agricultores. “A fase de comercialização é sempre uma dificuldade com que este tipo de produto se confronta. Há exemplos de boas práticas no nosso sector em que os agricultores, participando em associações de produtores, têm direito não só a um acompanhamento técnico permanente para a sua produção, como também a um aconselhamento sobre como devem conseguir o escoamento da produção”, sublinhou Rua.

A concorrência das grandes superfícies comerciais, que têm ao seu dispor um sistema de grande distribuição e, conseqüentemente, preços mais reduzidos, colocam vários entraves aos proprietários das explorações. De forma a contornar esta situação, a grande aposta tem sido a vertente da exportação. “A nossa porta de saída passa por compatibilizar o mercado interno com o externo. Felizmente, o nosso kiwi tem mercado interno e também muita saída externa, devido à sua excelente qualidade. Temos sido abordados e até pressionados com bastante frequência pelos comerciantes espanhóis, que pretendem comercializar mais o nosso kiwi”, explicou Rua.

Autarquia deve divulgar informação técnica aos exploradores

Por seu turno, Ricardo Rio frisou que cabe à autarquia colaborar com as associações de produtores no sentido de adequar e divulgar a informação técnica sobre a produção de kiwi, através de sessões especializadas para o efeito. “É essencial que este tipo de explorações seja adequado aos terrenos que reúnem as



condições para a produção do fruto. Só juntando os terrenos propícios ao acompanhamento técnico qualificado aos produtores será possível que se produzam kiwis de qualidade superior”, disse Rio, notando que essa é a melhor forma de continuar a garantir a fácil comercialização do produto e o retorno para os exploradores: “De outra forma, corremos o risco de estar a produzir kiwis de qualidade média ou baixa que não trarão o benefício financeiro que os produtores desejam”.

Segundo o candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga, a autarquia deve acompanhar a fileira do kiwi que é, “sem sobra de dúvida”, uma mais-valia para a região e que tem de se potencializar, acarinhar e apoiar. “Se feito de forma rigorosa, com a fundamental adequação dos terrenos à plantação dos kiwis e com o devido apoio técnico na montagem e ao longo da pro-

dução, este é um negócio que pode dar muito dinheiro a ganhar aos exploradores do Minho”, acredita.

Por fim, Rui Rua lembrou que, em termos de produção de kiwi, esta região consegue já ter uma produção “extremamente interessante” e devidamente orientada e assistida. “Conseguimos produções com rentabilidades ótimas. Para isso, muito se deve a adoção por parte dos proprietários de todas as técnicas que lhes têm sido transmitidas”, disse, notando que, neste momento, é fundamental saber crescer com calma e ponderação. “Não podemos deixar-nos iludir. A produção de kiwis tem grande margem de crescimento mas não é bom começarmos a produzir em quantidades que ultrapassem as capacidades de escoamento. É preciso saber dar um passo de cada vez, de forma sustentável e moderada”, concluiu.

PSD/Açores quer que governo regional pague dívidas em atraso

O PSD/Açores vai apresentar no Parlamento regional uma proposta de transposição para o ordenamento legislativo regional da directiva comunitária relativa à luta contra os pagamentos em atraso, de forma a estabelecer um prazo máximo de 30 dias para que as entidades públicas procedam ao pagamento a fornecedores, anunciou, dia 16, o presidente dos sociais-democratas açorianos.

Duarte Freitas considera que os atrasos nos pagamentos do governo regional a fornecedores estão a ter consequências dramáticas para as empresas e famílias regionais e constituem um “verdadeiro atentado à economia açoriana”. Segundo o presidente do PSD/Açores, trata-se de uma proposta que “é uma medida justa e que permite devolver a confiança aos fornecedores da Região”.

De facto, explicou, “terminou no dia 16 do passado mês de Março o prazo para que esta directiva fosse transposta, não tendo o Governo feito qualquer proposta neste sentido”.

O presidente do PSD/Açores estranhou igualmente, o discurso que tem sido protagonizado pelo governo regional e que é contrariado pelos relatos que vão chegando à comunicação social sobre os atrasos que se registam em pagamentos a fornecedores. Exemplos disso, além da SATA, a quem o governo regional deve cerca de 28 milhões de euros, encontram-se os exemplos das dívidas a empresas de construção civil, do IROA, ou os cerca de 130 milhões de euros de dívidas dos hospitais regionais a fornecedores, entre outras.

“A realidade pode ser pintada de cor-de-rosa pelo Governo do Partido Socialista, mas tem, infelizmente, cores bem mais sombrias para muitos milhares de açorianos”, disse Duarte Freitas, salientando que “a alegada boa gestão das finanças públicas regionais foi feita, numa fase inicial, à custa da desorçamentação e



do endividamento bancário. Agora que os memorandos bloqueiam esses mecanismos, são os atrasos aos fornecedores o expediente para manter a aparência de que tudo vai bem”.

Duarte Freitas lamenta, por isso, que “a todas as mui-

tas dúvidas colocadas sobre os pagamentos em atraso, o Governo Regional tem vindo a fingir que o problema não existe. Muitas vezes, inventando apenas desculpas, ou atirando as responsabilidades para outros”.

A esse propósito, o presidente do PSD/Açores recorreu que “o novo Governo Regional velho nunca hesita em sacudir água do capote”. “De facto, este é o Governo Regional que acorda às três da manhã para fazer um comunicado contra o Governo da República. Mas este é o Governo Regional que, mesmo acordando às três da manhã para dizer mal dos outros não tem, no mesmo dia, uma palavra para os trabalhadores da Casa de Saúde de São Miguel que se encontravam com salários em atraso apenas por culpa do próprio Governo Regional”, acrescentou.

“Este Governo Regional paga pela calada para não reconhecer os atrasos, mas já se percebeu que só paga quando as dívidas se tornam públicas. Quantas Casas de Saúde de São Miguel existirão nos nossos Açores? Quantas entidades das nossas ilhas estarão à beira do colapso só porque o Governo não paga?”, questionou ainda.

Duarte Freitas defendeu, por isso, que a proposta que agora será apresentada constitui mais um exemplo do trabalho que o PSD/Açores está a desenvolver para ajudar os açorianos a ultrapassar a maior crise financeira, económica e social da autonomia.

“Estamos ao lado dos açorianos quando apresentamos uma proposta de criação de medidas complementares ao subsídio de desemprego. Estamos ao lado dos açorianos quando apresentamos uma proposta para a criação de um Programa de Auto-Emprego Jovem. Estamos de novo ao lado dos açorianos quando apresentamos uma proposta para que todos possam receber o dinheiro que o Governo Regional lhes deve”, concluiu.

PSD/Açores questiona falta de especialistas no Hospital da Horta



O PSD/Açores entende que “a preocupante diminuição do número de médicos-especialistas pode comprometer o papel do Hospital da Horta no Serviço Regional de Saúde”, e por isso, questionou o governo regional sobre a actual situação, sobre “quais as diligências que entretanto foram encetadas com vista a resolver as várias carências verificadas”, disse o deputado Luís Garcia.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o social-democrata especifica que o Hospital da Horta “ficou recentemente sem ginecologista e, enquanto essa situação não estiver resolvida, tem de ser feito o acompanhamento das utentes daquela especialidade. E o Governo Regional deve explicar como vai actuar”, referiu.

“Assim como, nas especialidades de urologia, nefrologia e pneumologia, se exige a regularização da situação de forma permanente, pelo que queremos saber como funciona neste momento cada uma delas no Hospital da Horta”, avançou Luís Garcia, frisando “é imprescindível, no mínimo, que se mantenham as especialidades médicas que aquela unidade de saúde possui, com os respectivos médicos ao serviço de forma estável, o que não estará a acontecer”, adiantou

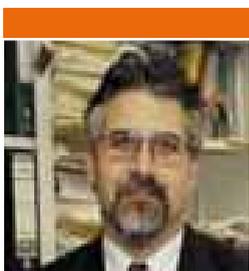
Uma das valências em causa “surge na especialidade de Ortopedia, uma vez que, nos primeiros meses de 2011, o número de ortopedistas passou de três especialistas permanentes para apenas um. Isso contribuiu em muito para o aumento das listas de espera em cirurgia ortopédica, situação até hoje não

foi resolvida nas melhores condições, nem com a deslocação periódica de um médico de outra unidade hospitalar”, salienta o deputado do PSD/Açores.

“Acresce que, e devido ao falecimento do único titular, o Hospital da Horta se viu também privado do seu pneumologista, e a vaga ainda não foi preenchida. Já no final do ano passado, reformou-se o nefrologista responsável pela Unidade de Diálise, o que colocou aquela valência a funcionar com especialistas deslocados de outros hospitais, uma solução aceitável mas claramente provisória”, explica Luís Garcia.

“Também o urologista em serviço no Hospital da Horta já passou à situação de aposentado, sem que a sua vaga fosse preenchida. Trata-se de um conjunto de situações que já justificariam uma política de incentivos especiais de estímulo acrescido para a vinda dos especialistas em carência no Hospital da Horta, e o Governo Regional deve também esclarecer se tem essa opção em vista”, sublinhou.

Luís Garcia lembrou que, “além da sua função de prestação dos cuidados de saúde às populações das ilhas sob a sua jurisdição, o Hospital da Horta cumpre ainda um papel nuclear e essencial na vida social e económica da ilha do Faial, bastando para tal lembrar o impacto que os cerca de 500 profissionais daquela Unidade de Saúde têm na nossa comunidade. Isso deveria ser suficiente para que o Governo Regional resolvesse estas situações com maior rapidez e estabilidade”, concluiu.



O abre-latas

João César das Neves (*)

Uma das muitas anedotas usadas para criticar os economistas diz que um deles se encontrou numa ilha deserta com um engenheiro e um químico, tendo apenas uma lata fechada com comida. O engenheiro sugere um sistema de pesos e roldanas para abrir a lata, enquanto o químico pensa nos reagentes que possam dissolver a tampa. O economista resolve o problema concebendo um modelo que começa assim: "suponhamos que temos um abre-latas!"

A maioria das afirmações que ouvimos acerca da situação económica portuguesa também assume a existência de um abre-latas que realmente ninguém tem. Quando se diz que basta de austeridade e que devemos mudar de política, supõe-se que a lata já está aberta, o que é evidentemente falso. Podem criticar-se os métodos que o Governo tem usado para o conseguir; o que não é possível é interromper o jejum e começar o almoço antes de abrir o malfadado recipiente.

Portugal tem uma enorme dívida, que acumulou ao longo dos últimos vinte anos. Mas esse não é o seu pior problema. A questão decisiva é que, ainda hoje, e apesar de todos os sacrifícios, o Estado continua a gastar mais do que recebe e a dívida continua a crescer. Os próprios protestos mostram isso, pois repetem à exaustão que não se podem aumentar mais os impostos e afirmam categoricamente que mais cortes nas despesas liquidarão saúde, educação, polícia, segurança social e inúmeras funções indispensáveis. No entanto, os impostos, apesar de esmagadores, continuam abaixo das despesas tão espremidas.

Isso constitui o famigerado défice orçamental, que teimosamente se mantém elevado. Este facto é tão evidente e incontornável quanto a lata que encerra a comida. Quem ignorar essa realidade pode estar cheio de razão na sua raiva e desapontamento, mas nada adianta para a solução do problema.

Aquilo que realmente fecha a lata não vem dos credores, mas dos muitos interesses instalados que bloqueiam o País. Bancos, sectores, serviços e profissões não querem perder rendas e benesses insustentáveis. Beliscá-los gera os urros que ouvimos a cada passo, pois eles controlam partidos e jornais.

De facto o nosso país tem de conseguir, não eliminar o défice, mas mostrar que ele está suficientemente controlado para que os credores internacionais voltem a ter confiança na nossa capacidade de honrar as responsabilidades. Entretanto a troika empresta muitos milhões, quase metade do nosso produto nacional, para irmos comendo enquanto abrimos a lata. Mas, como não há almoços grátis, isso vem com condições, a sempre criticada austeridade, que é apenas uma receita para levantar a tampa. Quando isso acontecer, que a troika continua a prever para 2014, o País regressa à normalidade e poderemos finalmente almoçar. Dada a dureza do jejum, são compreensíveis recriminações, queixas e desalentos. Mas não faz sentido abandonar o esforço de resolver o problema ou falar em políticas alternativas que não o enfrentam com clareza.

Os abre-latas sugeridos parecem atraentes, mas nenhum é realmente eficaz. Falar em promoção do crescimento económico num país estagnado há 13 anos, todos cheios de políticas de promoção de crescimento, só pode ser amarga ironia. O País há-de voltar ao progresso, não com políticas de promoção, mas com o recuo do Estado e a normalização dos canais económicos. Também o abandono do euro, a renegociação da dívida ou "um governo patriótico e de esquerda" não resolvem o problema de fundo: o Estado continua a gastar mais do que recebe, mesmo depois de cortar fundo nas despesas e subir escandalosamente os impostos.

Então qual a solução? Portugal mergulhou na crise passando 20 anos a fazer o contrário do que os economistas recomendam; não é provável que agora siga o que dizem. Mas se quiserem saber, a cura da crise é dieta no Estado e reestruturação da economia. A solução está em libertar as empresas e produção. Pode parecer estranho a quem só conhece anedotas, mas a boa teoria económica afirma que não há abre-latas fácil e a via para o progresso está na técnica, engenharia, química, etc.

(*) Professor universitário, naoahalmocosgratis@ucp.pt ©DN



Sobre a igualdade

Vasco Pulido Valente (*)

Muita gente se tem declarado incapaz de perceber a ideia de "igualdade" em que o Tribunal Constitucional fundou a sua decisão de rejeitar uma parte do Orçamento do Estado. É compreensível: "igualdade" é uma noção por natureza equívoca e ambígua.

Quando apareceu pela primeira vez, em 1789, na "Declaração dos Direitos do Homem", por proposta dos liberais da Assembleia Constituinte, queria dizer muito simplesmente "igualdade" legal. Ou seja, servia para condenar e abolir os privilégios de que gozavam a nobreza de "espada", a nobreza judiciária, parte da "classe comercial" e as corporações.

Mas pouco a pouco acabou por se alargar à população inteira, dissolvendo as fronteiras entre os representantes políticos da França e o homem comum; e o sufrágio censitário em que assentava a única possibilidade de substituir o regime "absolutista". Com essa solitária palavra a revolução começou.

E a revolução aumentou ainda o alcance desse maleável conceito. Depois da "igualdade" legal chegou rapidamente a "igualdade" social. Depois da queda da monarquia, e sob pressão das "secções" de Paris (que não passavam de agências do radicalismo), os jacobinos pediram pela voz do "virtuoso" Robespierre que o direito a uma existência digna e modesta (claro!) fosse reconhecido como um direito universal. Isto implicava, é claro, num país do século XVIII, a fixação dos preços e o abastecimento do "povo" pelo confisco dos produtores e também dos "ricos" (les riches égoïstes). O regime só podia sobreviver pelo terror. E o "terror" veio como devia vir.

A carreira da "igualdade", com algumas diferenças de tempo e circunstâncias, voltou a acontecer nas genuínas revoluções do século XIX e até do século XX, da revolução russa à revolução cubana.

Todas trouxeram a miséria e o desespero. O "igualitarismo" (de resto anunciado pela política de Bismarck e pelo Império Austro-Húngaro e não pelos socialistas, que o combateram) da Europa Ocidental posterior à II Guerra Mundial evoluiu para o Estado social, que o transitório domínio dos mercados mundiais e a ajuda americana permitiam à Europa financiar, sem violência ou acidentes de maior. Mas, desgraçadamente, esse paraíso artificial, que parecia eterno, começou a morrer por volta de 1970 e hoje está manifestamente em agonia. Aceitar o princípio da "igualdade" como princípio regulador da Constituição Portuguesa é, em 2013, absurdo e perigoso; e um sinal do provincianismo de um país que, desde meados do século XVIII, viveu sempre à margem da cultura europeia.

(*) Historiador, professor universitário ©Público



A nova inovação

Jaime Quesado (*)

A Inovação voltou a estar na Agenda em Portugal. A propósito dos novos conceitos de Inovação Aberta, a oportunidade para uma vez mais demonstrar o carácter eminentemente aberto da Inovação como alavanca de modernidade da sociedade portuguesa. Impõe-se uma atitude de ruptura processual em Portugal e é fundamental mobilizar os diferentes actores para este desígnio colectivo. Em tempo de novas apostas, muito centradas no discurso nos Factores Dinâmicos de Competitividade, a Nova Inovação, de que nos fala Tom Peters, tem um papel essencial a desempenhar. Sob pena de se adiar para sempre a ainda possível oportunidade de agarrar o futuro.

Os conhecidos baixos índices de “capital estratégico” no nosso país e a ausência de mecanismos centrais de “regulação positiva” têm dificultado o processo de afirmação dos diferentes protagonistas da “classe criativa”. Independentemente da riqueza do acto de afirmação individual da criatividade, numa sociedade do conhecimento, importa de forma clara “pôr em rede” os diferentes actores e dimensioná-los à escala duma participação global imperativa nos nossos tempos. Apesar dos resultados de iniciativas diversas na área da política pública, vocacionadas para posicionar o território no competitivo campeonato da inovação e conhecimento, falta uma estratégia transversal.

A consolidação do novo papel da Nova Inovação entre nós passa em grande medida pela efectiva responsabilidade nesse processo dos diferentes actores envolvidos – Estado, Universidade e Empresas. No caso do Estado, no quadro do processo de reorganização em curso e de construção dum novo paradigma tendo como centro o cidadão-cliente, urge a operacionalização de uma atitude de mobilização activa e empreendedora da revolução do tecido social. A Reinvenção Estratégica do Estado terá que assentar numa base de confiança e cumplicidade estratégica entre os “actores empreendedores” que actuam do lado da oferta e os cidadãos que respondem pela procura – Criatividade & Inovação terão que ser aqui de forma sustentada as palavras que garantem uma lógica de sustentabilidade nos resultados a médio prazo.

Num país pequeno, as Empresas, as Universidades, os Centros de Competência Políticos têm que protagonizar uma lógica de “cooperação positiva em competição” para evitar o desaparecimento. Querer cultivar a pequenez e aumentá-la numa envolvente já de si pequena é firmar um atestado de incapacidade e de falta de crença no futuro. É doentia a incapacidade em definir, operacionalizar e dinamizar a lógica de “Capital Social” do nosso país. Não é obviamente o paradigma da Inovação dos países da Europa Central, porque os índices rating da Competitividade estão em todas as análises aquém destes casos de sucesso. O diagnóstico está feito há muito tempo sobre esta matéria. Mas também já não pode ser, porque não é, a lógica do “low cost support” como referencial de criação de emprego e de fixação de “capital social básico” no território.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Alguma sensatez

Vasco Graça Moura (*)

Ao longo de trinta e nove anos, o Partido Socialista nunca se revelou propriamente capaz de uma governação adequada aos problemas do país.

Mas tempos houve em que parecia, para além de moderado nos seus (aliás escassos) rasgos ideológicos, uma instituição política com um certo sentido de Estado e das responsabilidades que lhe cabiam dada a expressiva projecção nacional de que desfrutava.

É certo que, para ser levado a assumir essas posições, o PS soube ler, logo após a revolução de 1974, e sobretudo a partir de finais desse ano, até onde levariam outros extremismos se não fossem devidamente contidos, e soube empenhar-se a fundo nessa contenção. A esquerda que se encontrava à sua esquerda catalisou nele uma importante dose de bom senso que foi decisiva para os rumos do país e ajudou à construção da democracia que temos.

Mas depois não se pode dizer que, em geral, o PS tenha governado bem quando foi governo e nem vale a pena evocar toda a trajectória que percorreu. Governou quase sempre muito mal, escorando-se num eleitorado muito pouco esclarecido e que nunca se convenceu de que Portugal não tinha condições para ter a vida que levava.

A nossa entrada na Comunidade Europeia, com a catadupa de benesses que a princípio trouxe e ajudou a transformar o país, teve um papel anestesiante durante vários anos. Em consequência, quando o PS voltou a ser governo, o grau de atordoamento a que os benefícios da Europa reduziram um número muito significativo de portugueses traduziu-se ainda nas tão irresponsáveis quanto macabras vitórias socialistas das últimas vezes que houve eleições.

Estamos a pagar e continuaremos a pagar por muito tempo o preço dessas vitórias, e está a sair-nos bem caro. Elas não serão a única causa, mas são a principal causa da desgraça em que nos encontramos. E, num momento como o presente em que ao mínimo erro de percurso o país se tornará inviável e ficará sem qualquer espécie de saída, tudo aquilo a que assistimos foi à menos inteligente moção de censura de quantas já foram apresentadas nas últimas décadas e à mais patética obstrução de qualquer possibilidade de consenso que possa ser construído em torno dos grandes desígnios nacionais, que todos os dias se faz agora ouvir soprada do mesmo quadrante.

É absolutamente evidente que, em nome de uma “justiça” igualitária nos sacrifícios, a posição do Tribunal Constitucional vai implicar sacrifícios ainda mais gravosos para toda a população. Também é absolutamente evidente que nenhuma eleição antecipada contribuirão para resolver os problemas actuais, muito pelo contrário.

Dando de barato que, no pano da credibilidade internacional e das negociações agendadas, as coisas podem correr satisfatoriamente, o que todavia está longe de ser certo, poderá não haver aumento de impostos, mas os cortes na despesa do Estado vão passar a significar prestações e serviços ainda mais deficientes e quem vai sofrer com isso serão os mesmíssimos cidadãos que seriam afectados pelo agravamento de impostos e que verão cerceadas as políticas que mais lhes importavam no tocante, pelo menos, a áreas como as da segurança social, da saúde, da educação e de vários serviços públicos.

É ainda de uma evidência gritante que estes pontos, como outros que se encontram sobre a mesa, nunca poderiam ser resolvidos diferentemente por um governo PS. O caso da carta à troika tornou-se uma verdadeira cena de ópera buffa e o conjunto dos comportamentos políticos a que se vem assistindo é uma certidão antecipada da incapacidade socialista para governar um país.

As inúmeras análises, discussões e conversas sobre esta matéria e afins mostram que ninguém sabe muito bem o que vai acontecer. Mas indicativamente as coisas podem resumir-se assim: Portugal está arruinado e em vias de se tornar ingovernável; o que vai passar-se no plano internacional ainda é uma incógnita; o acórdão do Tribunal Constitucional fragiliza o Governo; a posição do Presidente da República, a determinação do primeiro-ministro e a existência de uma maioria absoluta parlamentar consolidam-no; a concertação social e o consenso das principais forças políticas do arco governativo serão decisivos; o prestígio internacional da credibilidade restaurada poderá, no limite e com muita sorte, ser mantido; tudo isto se tornaria bem mais efectivo se o PS, agora que perdeu a cartada das eleições antecipadas, mostrasse finalmente alguma sensatez.

(*) Escritor, professor universitário, cronista DN



Uma História por contar

Pedro Lomba (*)

A história aparece em parte contada no mais recente livro de João César das Neves *As Dez Questões da Recuperação (Dom Quixote)*. Estou a pensar em dois quadros esclarecedores sobre a evolução do crédito bancário em Portugal a partir de 2008, para os quais oportunamente me chamaram a atenção. Dizem muito sobre o que nos aconteceu.

Quando procuramos culpados para a crise, costumamos apontar (depois, é claro, da crise do euro) a cupidez dos bancos que financiaram maus negócios públicos, fintaram os reguladores (como o BPN) e se fizeram pagar de uma forma absurda e improdutivo. A banca está no banco dos réus, aqui e em todo o lado. Salvem as pessoas, não os bancos, é o que se ouve. Não quero passar atestados de inocência a alguns dos bancos portugueses que abusaram do crédito bancário em operações duvidosas e tiveram o risco garantido pelo Estado. Temos tantos exemplos disso. Mas o que aconteceu ao crédito bancário, analisado no livro de César das Neves, não permite apenas atirar responsabilidades para cima dos bancos. Permite-nos perceber que foi o próprio Estado, a partir de certa altura, a levar o pandemónio para a actividade bancária.

César das Neves apresenta-nos dois factos sólidos desta "história impressionante". A primeira é que até 2008-2009 os bancos portugueses actuaram como instituições financeiras normais e prudentes na concessão de crédito. Dirigiram o crédito bancário sobretudo para as empresas e particulares em montantes razoáveis. A partir de 2008 a crise internacional produziu, como seria de esperar, a redução do acesso ao crédito. No entanto, se compararmos o crédito aos particulares com o crédito total que na mesma altura começa a ser concedido pelos bancos descobrimos uma significativa variação. Na segunda metade de 2009 o valor do crédito total dispara. Ficamos portanto com este cenário anormal: o crédito às empresas e pessoas em descida, mas o crédito total bancário a subir furiosamente num contexto económico adverso. Dois anos antes do resgate.

Não é difícil, seguindo César das Neves, imaginar o que se passou. Os nossos bancos transferiram o crédito às empresas, para crédito ao Estado. O Estado vira-se em desespero para os bancos. As tendências de crescimento do crédito ao Estado atingem os 60% em 2009 e mais de 100% em Março de 2010. É assim que o Estado se aguenta, à deriva, apenas porque não dispunha de alternativa.

Este ponto é suficientemente importante para percebermos que não foi em 2011 que os mercados internacionais fecharam as torneiras para Portugal. Isso já tinha acontecido, demonstra César das Neves, dois anos antes. Apesar da perpétua negação da realidade. O Estado desestabilizou em absoluto o crédito bancário e afastou-o das empresas e da economia. Só quando os empréstimos da troika nos chegaram em meados de 2011, e por pressão dos mesmos bancos, é que a situação é normalizada. Fica explicado porque é que o poder político entendeu que era vital para os seus interesses dominar a actividade do crédito de instituições privadas. Mas não fica explicado porque é que os bancos aquiesceram. Daí que César das Neves coloque a pergunta do milhão de dólares: que misteriosas razões (e de qualquer maneira irracionais), levaram as instituições financeiras a aceitar tão mansamente este papel, vampirizadas pelos pedidos de crédito do sector público? Chantagem política? Vantagens do negócio? Foram e temos sido nós, contribuintes, a pagar esta aventura. Uma aventura que merecia ser contada por inteiro

(*) Jurista



O pretendente a Belém

Ângelo Correia (*)

O Eng. Pinto de Sousa, também conhecido por José Sócrates, decidiu há algum tempo regressar à política doméstica. Escolheu a RTP, que carecia de audiências, para se fazer ouvir. Começou pela explicação do passado e na fixação dos alvos/ódio de estimação: Cavaco, Passos Coelho, Seguro. Esta ordem não é nem arbitrária nem ingénua, pois corresponde ao grau de interesse que ele manifesta relativamente aos lugares políticos que os referidos cidadãos ocupam: Presidente da República, primeiro-ministro e secretário-geral do PS.

O Eng. Pinto de Sousa disse-nos que o seu grande interesse é a Presidência da República, e, para isso, tem de malhar no primeiro-ministro e passar por cima com algum desdém e desprezo pelo camarada de partido Dr. Seguro. Joga para 2016 lançando-se três anos antes. A sua ambição é compreensível, ele é pessoa de muitos apetites. O seu interesse é perceptível, ele sabe falar, produzir emoções, desencadear paixões. O seu tempo de entrada foi prematuro e vai comprometê-lo. A sua natureza também.

Ele julga-se um futuro unificador da esquerda, quando ninguém lhe reconhece essa circunstância ideológica, nem sequer um sentido de criação de unidade. O Eng. Pinto e Sousa é óptimo a dividir, e péssimo a unir.

Tem todos os tiques e um perfume não discreto de direita autoritária. Pode mascarar-se, pode travestir-se politicamente, mas não engana nem ao que é, nem ao que vem. É por isso que o seu tempo de retorno aos palcos políticos foi prematuro.

No decurso do processo que reiniciou vai polarizar em excesso, vai dividir o PS que, mais dia menos dia não o pode ignorar como até agora o fez, vai levar o PCP e o BE a recordarem-lhe o passado de autoritarismo, de esmagamento, de derivas quase antidemocráticas.

O Eng. Pinto de Sousa não percebeu que quanto mais tempo ficar em palco, mais acentuará a sua queda. Falando de corpos celestes, ele não é uma estrela que é fixa e permanente, não é um planeta que se mantém em posições relativas. Ele é mais um cometa, que surge, cresce e desaparece no horizonte. O cometa dos tempos portugueses é de facto o Eng. Pinto de Sousa. Mas ele não o sabe ainda. Vai sabê-lo mais

(*) Gestor



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, serve a presente para convocar o II Plenário Concelhio Ordinário de Vila do Conde da JSD a reunir no dia 24 de Maio de 2013, pelas 21:30, na sede concelhia de Vila do Conde do PSD e da JSD, sita na Praça da Republica nº 7 em Vila do Conde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Apresentação do PPJV (Projecto Político para a Juventude Vilacondense);
- 3 - Análise da situação política e Autárquicas 2013;
- 4- Outros assuntos.



GRÃNDOLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Grândola, para reunir no próximo dia 19 de Abril de 2013, (sexta-feira), pelas 21h30, no Salão da Casa do Povo de Melides, sito na Estrada Nacional 261 - Melides, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Autárquicas 2013
- 2 – Outros assuntos de eventual interesse.

PORTALEGRE / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Portalegre, para reunir, no próximo dia 26 de Abril de 2013, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 17, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Análise e apreciação das contas de 2012
- 3 – Apresentação da Plataforma Alto Alentejo XXI
- 4 – Análise da situação político- partidária

PORTO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir, no próximo dia 18 de Abril de 2013, (quinta-feira), pelas 21h30, no Auditório da Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, sita na Av. da Boavista, 4245, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações gerais
- 2 – Análise da situação política

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Viana do Castelo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 03 de Maio de 2013, (sexta-feira), pelas 21h00, no Auditório do Hotel Viana Sol, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Aprovação e votação das contas da Secção do ano de 2012
- 2 – Contas para 2013 / Financiamento dos Núcleos
- 3 – Análise da situação política local e nacional

VISEU / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Viseu, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 29 de Abril de 2013, (segunda-feira), pelas 21h00, no Solar dos Peixotos, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 - Aprovação das contas relativas do ano de 2012 e orçamento de 2013
- 3 – Análise da situação política
- 4 – Outros assuntos